

Artigo Escrito pela Profa. Marilucia Flenik, R.G. 1.181.804-87 PR, CPF nº 256475.559034.

Doutora em Direito Econômico e Socioambiental pela PUC/PR, Especialista em Filosofia Moderna e Contemporânea pela UFPR, Pedagoga pela Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, formada em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba. Professora da Uniguaçu do Curso de Direito e de Serviço Social e Professora do Instituto de Filosofia e Teologia Santo Alberto Magno de União da Vitória, Advogada nas cidades de Porto União e União da Vitória.

## **LIBERDADE E AÇÃO, COMO FENÔMENO POLÍTICO, SEGUNDO HANNAH ARENDT**

FREEDOM AND ACTION, A POLITICAL PHENOMENON, BY HANNAH ARENDT

### **RESUMO**

O tema liberdade e ação constitui o ponto central das reflexões de Hannah Arendt a respeito do que é política democrática, sob o viés do republicanismo. O presente artigo objetiva compreender a noção de liberdade como o poder de iniciar a ação política, descrevendo as qualidades do cidadão capaz de adentrar no espaço público e participar da elaboração das “regras do jogo”, ou seja, das normas jurídicas. Essa liberdade é distinta da apregoada pelo credo liberal, que garante o trânsito livre na vida privada, competindo ao Estado de Direito promover a segurança jurídica. Para adentrar no espaço público o cidadão deve abdicar da soberania pessoal e se preocupar com os assuntos que dizem respeito à *res publica*. Nesta esfera a liberdade é uma qualidade do “eu posso” e não do “eu quero”, uma vez que a opinião pessoal é mais um argumento no diálogo que se trava acerca de quais direitos e obrigações serão chancelados pelo Direito. A *Polis* grega é tomada como modelo de esclarecimento, uma vez que na antiga Atenas, abria-se um palco de aparecimento para os homens livres e iguais. Ao refletir acerca de “quem é” a criatura humana e como se articula politicamente, Arendt distingue a *Vita Activa* e a *Vita Contemplativa*, ou seja, o modo de ser “ator” e “espectador”, colocando a ação como a mais alta atividade humana. Enfocando a capacidade de efetuar “milagres” como esse poder dos cidadãos de exercitar a liberdade do espaço da política, dando início a ações novas, bem como o perdão e a promessa como formas de se comprometer com as regras acordadas, espera-se aplicar estes conceitos na atual política democrática representativa, reconhecendo-se, desta forma, de que é possível sim aos cidadãos participarem da dicção das leis, influenciando nas tomadas de decisões política nas democracias representativas atuais. Ao deslocar a liberdade da mente solipsista do espectador para a ação conjunta dos atores, que mediante palavras e feitos escrevem a própria história, Arendt salva o ser humano do determinismo dos processos automáticos e da mentalidade de “rebanho” tangido pelos governantes. Sua filosofia política representa a esperança de que o nascimento é o maior dos milagres e o ser humano é capaz de enfrentar a problemática da existência humana, sempre lutando por um mundo melhor, pois detém a vontade como a capacidade de escolha de si mesmo, de seus amigos e de que mundo político quer ajudar a construir.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política; Democracia; Liberdade; Ação; Cidadania.

## **ABSTRACT**

The theme of freedom and action constitutes the centerpiece of Hannah Arendt's reflections about what is democratic politics under the bias of republicanism. This article aims to understand this notion of freedom as the power to initiate political action, describing the qualities of citizen able to enter the public space and participate in the development of the "rules of the game", in other words, the law. This freedom is distinct from the vaunted liberal creed, which guarantees the freeway in private life, competing to the State of Rights to promote legal reliability. To enter the public space the citizen must abdicate personal sovereignty and worry about the matters that concern the *res publica*. In this sphere the freedom is a quality of "I can" rather than "I want", since personal opinion is one more argument in the dialogue that takes place about which rights and obligations are marked by law. The Greek Polis is taken as a model for clarification, since in ancient Athens, opened up a stage of appearance for free men and equal. To reflect on "who is" the human creature and how it works politically, Arendt distinguishes *Vita Activa* and *Vita Contemplativa*, in other words, the way of being "actor" and "spectator", placing the action as the highest human activity. Focusing on the ability to perform "miracles" such this power of citizens to exercise freedom of politics space, initiating new actions, as well as forgiveness and promise as ways to engage with the agreed rules, expected to apply these concepts in the current representative democratic politics, recognizing that it is possible for citizens to participate in diction no flaws, influencing the politics decisions in today's representative democracies. By shifting the freedom of solipsistic mind of the spectator to the joint action of the actors, through words and deeds that write their own history, Arendt saves the human being from determinism of automatic processes and the mentality of "herd" tanged by rulers. His political philosophy represents the hope that the birth is the greatest of miracles and the human being is able to face the problematic of human existence, always striving for a better world, as it has the will such the ability to choose himself, his friends and political world that wants to help build.

**KEYWORDS:** Politics; Democracy; Freedom; Action; Citizen.

## **1 INTRODUÇÃO**

Arendt faz da liberdade o núcleo central de sua teoria política, pois equaciona política com ação, afirmando que a faculdade da liberdade é o milagre de começar coisas novas, o que possibilita aos homens interferir no espaço público. Justamente porque suas reflexões

partiram de situações concretas onde a liberdade fora vilipendiada e os horrores do holocausto puderam acontecer, é que ela afirma que o sentido da política é a liberdade.<sup>1</sup>

A pensadora dedicou-se a focar a importância do domínio político, resgatando a palavra e a ação da opacidade em que se encontravam na tradição do pensamento político. Efetuou uma desconstrução da Filosofia Política, no pressuposto de que desde o malogrado intento político de Platão em Siracusa, ficou claro que a política não se restringe a princípios especulativos advindos do campo teórico dos “pensadores profissionais”, como ironicamente chamou os filósofos, cujo foco está na *Vita Contemplativa*. Primeiramente a Política diz respeito ao mundo vivido, a concretude do estar junto um com o outro e a resolução dos conflitos que surgem desta interação humana.

Tal qual Sócrates, que instigava seus concidadãos mediante a formulação de perguntas, Arendt pretendeu dialogar com o seu leitor. Ao problematizar, ela visou a compreensão, ciente que estava da maneira de ser deste espaço do “entre nós”, onde predomina a diversidade, a multiplicidade de opiniões. Arendt é avessa a qualquer imposição de dogmatismos na arena política. No espaço público a liberdade se manifesta como ação política de seres com a mesma dignidade, livres para falar e agir, surgindo o poder democrático dos cidadãos da República, onde o foco são os interesses coletivos, acima dos interesses particulares.

O tema liberdade e ação será desenvolvido através dos seguintes desdobramentos: a) a democracia direta da Atenas antiga será tomada como modelo de esclarecimento, a fim de se recuperar as categorias políticas do regime democrático; b) surge o problema da vontade, posto que o poder pertence aos cidadãos e exercitar tal poder depende da disposição para a ação política; c) no espaço público a liberdade é uma qualidade do “eu posso” e não do “eu quero”, uma vez que a soberania pessoal cede espaço para os interesses coletivos; d) sobressai a vontade como faculdade de escolher a si mesmo como destino e os amigos com quem se vai compartilhar o mundo; e) o poder de efetuar “milagres”, isto é, fazer surgir o inédito, rompendo com o ciclo determinista da natureza, o que significa a liberdade como ação política, que brota da força dos princípios capazes de motivar a conduta humana; f) e, finalmente, o perdão e a promessa são figuras que possibilitam a convivência humana e fazem surgir as leis, como as “regras do jogo” da vida.

---

<sup>1</sup>“Para a pergunta sobre o sentido da política existe uma resposta tão simples e tão concludente em si que se poderia achar outras respostas dispensáveis por completo. Tal resposta seria: o sentido da política é a liberdade.” (ARENDR, Hannah. **O Que é Política?**Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 38).

## 2 A POLÍTICA DEMOCRÁTICA

A fim de se deparar com o fenômeno político em sua originalidade, Arendt recuperou o surgimento da democracia direta na antiga Atenas e o toma como modelo de esclarecimento, a fim de identificar as categorias políticas da autêntica democracia.

Na antiga Grécia, o espaço privado era constituído pela esfera da família, entendida esta de forma muito ampla, pois era o centro de produção econômica na Antiguidade e dela participavam, não apenas aqueles unidos pelas relações de sangue, mas também os escravos e demais protegidos. No recôndito do lar eram desenvolvidas as atividades referentes ao trabalho, típicas do ciclo vital. As quatro paredes acolhedoras, protetoras e sombrias da casa, onde a família se abrigava nada tinham a ver com a política. O trabalho supria todas as necessidades vitais e seu ciclo interminável era regido pelas necessidades básicas e fundamentais do viver, quais sejam, comer, repousar, reproduzir. Vigorava a mais severa desigualdade e submissão, uma vez que o chefe de família tinha o domínio absoluto, poderes de vida e de morte sobre os componentes de sua família. Assim o campo da necessidade, característica da organização do lar privado, era pré-político uma vez que na esfera familiar a liberdade não existia. As relações eram baseadas na submissão ao chefe que detinha o comando e este só era considerado livre na medida em que tinha a faculdade de deixar o lar e ingressar na esfera pública, onde todos os cidadãos eram iguais.

Assim surgiu um espaço diferenciado onde o cidadão podia assumir um tipo de vida diferente daquele vivido no âmbito familiar. A antiga Grécia criou o espaço público, quando fez surgir a cidade-estado, que trouxe à existência a primeira experiência política, sendo que sua influência se estende até os dias de hoje.<sup>2</sup> No espaço público, a atividade predominante passava a ser a ação e o discurso, pois esta arena era ocupada pelos homens livres e iguais, que se reuniam visando uma vida potencialmente melhor. Lá não vigorava a relação de

---

<sup>2</sup>“A Grécia formou a *polis* em torno da *Agora* homérica, o local de reunião e conversa dos homens livres, e com isso centrou a verdadeira ‘coisa política’, ou seja, aquilo que só é próprio da *polis* e que, por conseguinte, os gregos negavam a todos os bárbaros e a todos os homens não-livres, em torno do conversar-um-com-o-outro, o conversar-com-o-outro e o conversar-sobre-alguma-coisa, e viu toda essa esfera como símbolo de um *peitho* divino, uma força convincente e persuasiva que, sem violência e sem coação, reinava entre iguais e tudo decidia. Em contrapartida, a guerra e a força a ela ligadas foram eliminadas por completo da verdadeira coisa política, que surgia e era válida entre os membros de uma *polis*.” (Arendt, Hannah. *O que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 97).

comando versus submissão, típica da esfera privada, no pressuposto da igualdade que deve vigorar na esfera pública.<sup>3</sup>

Nessas duas esferas distintas transcorria a vida humana, sendo que as atividades desenvolvidas no espaço privado diziam respeito aos interesses próprios de cada um, enquanto que no espaço público eram enfocados os interesses de todos, ou seja, da comunidade. Para os gregos nem a igualdade nem a liberdade eram entendidos como qualidades inerentes à natureza humana, mas eram atributos que se obtinha na *polis*. A igualdade, longe de ser relacionada com a justiça, como nos tempos modernos, era a própria essência da liberdade, uma vez que ser livre era mover-se numa esfera onde não existia governo nem governados. Mediante a ação e o discurso, o cidadão desempenhava o seu papel naquele palco que se abria, sempre que os homens se juntavam, sendo que ali tudo era decidido mediante palavras e persuasão e não através da força ou violência.

Portanto, na concepção da autora, a política surge no momento em que os cidadãos, livres e iguais, longe da coação e da força, assumem sua condição de seres plurais e se reúnem no espaço público, expressando suas opiniões mediante a fala e a ação, gerando um poder que legitima as instituições políticas. Assumem, conseqüentemente, a tarefa de escrever a própria história no exercício da liberdade.<sup>4</sup> Esta vontade de participar dos assuntos da *res publica* implica na integridade pessoal e na noção de co-responsabilidade pelo mundo comum. O ator age na arena política em função da motivação que advém da sua vida do espírito, onde Arendt situa as faculdades de pensar, querer a julgar.

### 3 A VONTADE COMO FATOR DE LIBERDADE

A dualidade metafísica kantiana, a teórica e a prática, que dizem respeito a duas realidades distintas, o “mundo sensível” e o “mundo inteligível”, é questionada por Arendt que pensa o homem na sua concretude e o enxerga como um ser plural, identificando a

---

<sup>3</sup>“O surgimento da cidade-estado significaria que o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *biospolitikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*).” (Arendt, Hannah. **A Condição Humana**. 8 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 33.

<sup>4</sup> “O poder corresponde à capacidade humana não somente de agir, mas de agir de comum acordo. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e existe somente enquanto o grupo se conserva unido.” (ARENDR, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 44).

liberdade com a ação.<sup>5</sup> Kant na terceira antinomia salvava a liberdade da força da causalidade, elaborando a distinção entre uma razão teórica ou pura e uma razão prática, esta sim pertencente ao campo da liberdade, pois calcada na vontade livre.<sup>6</sup> Embora este pressuposto tenha sido suficiente para fundamentar a moralidade, Arendt acha “estranho que a faculdade da vontade, cuja atividade essencial consiste em impor e mandar, seja quem deva abrigar a liberdade.”<sup>7</sup>

Arendt ultrapassa Kant, deixando de lado a razão prática kantiana, posto que calcada no eu individual pensante e no pressuposto de um mundo inteligível para a razão, duvidando de que esta *racionalidade* possa alcançar regras universais absolutas, optando por uma releitura da Terceira Crítica, a do Juízo, especificamente a *Analítica do Belo*, pelo viés da política. Nesta obra aparecem categorias importantes para a formulação de uma possível filosofia política que se daria pela explicitação do juízo reflexionante estético, mentalidade alargada, desinteresse, comunicabilidade e senso comum.

Nos seus primeiros escritos, *Que é liberdade?*<sup>8</sup>, de 1954, e a *A Condição Humana*<sup>9</sup>, de 1958, a vontade deve ser considerada como o correspondente mental da ação, espaço da liberdade, pois na ação a pessoa realiza a sua singularidade, *principium individuationis*. Com a evolução de seu pensamento, o querer foi abordado como uma das faculdades da *Vida do Espírito*.<sup>10</sup> Todo o agir é um momento no presente que visa ao futuro e neste ponto surge o querer como mola propulsora, uma vez que apenas a vontade pode ditar a ação. A vontade é a capacidade interna voltada para o futuro, onde os homens decidem quem eles vão ser e sob que forma desejam aparecer no mundo dos fenômenos. Está ligada à ação, dizendo respeito a liberdade humana, movendo-se em uma região onde não existem quaisquer certezas.

No livro *A Vida do Espírito*, a vontade é vista como uma faculdade humana distinta e separada do intelecto e do juízo que precedem a ação, operando o querer como o fator que a inicia. É no atributo da vontade de decidir ou não pela ação que se assenta o fundamento

---

<sup>5</sup> “A autonomia moral, como Kant a concebe, é um paradoxo para Arendt e um paradoxo trágico. Afastado do mundo, o pensador solitário está na verdade livre para fazer o que é moralmente correto, embora perca essa liberdade tão logo passe a viver em um mundo que lhe é estranho.” (KOHN, JEROME. O mal e a pluralidade: o caminho de Hannah Arendt em direção *À vida do espírito*. In: **Origens do Totalitarismo – 50 anos depois**. Odílio Alves Aguiar et al. (Orgs.) Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 22).

<sup>6</sup> KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1997. p. 406, *passim*.

<sup>7</sup> ARENDT, Hannah. *Que é liberdade?* In: \_\_\_\_\_. **Entre o Passado e o Futuro**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 190.

<sup>8</sup> Ver. ARENDT, Hannah. *Que é liberdade?* In: **Entre o Passado e o Futuro**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

<sup>9</sup> Ver. ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>10</sup> Ver. ARENDT, Hannah. **A Vida do Espírito**. 4 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

ontológico da liberdade política. Desse modo, a vontade é a faculdade da *vita contemplativa* que mais se aproxima da ação, uma das três atividades da *vita activa*, uma vez que tanto a vontade como a ação estão atreladas a noção de liberdade. Não se trata da liberdade interior do pensamento, o diálogo consigo mesmo, este espaço íntimo onde os homens se refugiam da coerção externa e se sentem livres para divagar e sonhar. Esta fuga para o mundo interior significa um espetáculo de autossugestão e a perda da capacidade de ação no momento em que o sujeito lança mão dela. Tampouco interessa para a política o *liberum arbitrium* cristão, uma liberdade de escolha que arbitra e decide entre duas coisas dadas, valorando-as, dizendo respeito apenas ao foro íntimo. A inovação arendtiana diz respeito ao fato de que “a liberdade, enquanto relacionada à política, não é um fenômeno da vontade”,<sup>11</sup> entendida esta última como a faculdade de escolha entre duas coisas dadas, uma boa e outra má. O erro sempre consistiu na identificação de soberania com liberdade, sendo que a liberdade experimentada no íntimo de cada um, sem um desdobramento externo, não tem qualquer significação para a política.<sup>12</sup> É inerente da condição humana o viver com os demais, ou seja, a pluralidade, sendo que neste espaço do *entrenós*, o “eu” soberano deve ceder espaço ao nós, a significar o respeito às “regras do jogo”,<sup>13</sup> metáfora utilizada por Arendt para justificar a importância do ordenamento jurídico, que impõe limites à conduta humana.

#### 4. AÇÃO COMO QUALIDADE DO “EU POSSO” E NÃO DO “EU QUERO”

---

<sup>11</sup> ARENDT, Hannah. *Que é liberdade? In: Entre o Passado e o Futuro*. 4 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997. p.197.

<sup>12</sup> “A análise que Arendt empreende da liberdade tem por objetivo primário compreendê-la como *fenômeno político*. A liberdade torna-se política quando, ao dar sentido à ação entre iguais, ela se positiva como realidade *estável e tangível* nesta ação que se origina num espaço público, no qual ela pode efetivamente ser exercida. Ela é positiva no sentido de que não está ligada ao querer e à capacidade volitiva do homem que se autodetermina a partir do seu eu livre, mas à objetividade do poder fazer que permite e propicia a participação ativa dos cidadãos na *res publica*.” (RAMOS, César Augusto. *O Conceito Político de Liberdade em Hannah Arendt*. In: **A Banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt**. Orgs. André Duarte *et. alli*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 175).

<sup>13</sup> “A questão no que concerne a estas regras não é que eu me submeto a elas voluntariamente, ou que reconheço teoricamente a sua validade, mas a de que, na prática, não posso entrar no jogo a não ser que as obedeça; meu motivo para aceitá-las é meu desejo de jogar e, posto que os homens existam apenas no plural, meu desejo de jogar é idêntico a meu desejo de viver. Todo homem nasce em uma comunidade dotada de leis preexistentes às quais “obedece”, em primeiro lugar, porque não há outra maneira de ele entrar no grande jogo do mundo. Posso desejar mudar as regras do jogo, como fazem os revolucionários, ou abrir uma exceção em meu nome, como fazem os criminosos; mas negá-las em princípio não implica a mera “desobediência”, mas a recusa em entrar para a comunidade humana. O dilema ordinário, ou a lei é absolutamente válida e, portanto, sua legitimidade depende de um legislador imortal e divino, ou a lei é simplesmente uma ordem, e nada há por trás dela senão o monopólio da violência, é uma ilusão. Todas as leis são mais diretivas do que imperativas. Elas dirigem o relacionamento humano como as regras que dirigem o jogo. E a garantia decisiva de sua validade está contida na velha máxima romana: *Pacta sunt servanda*.” (ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. Brasília: UnB, 1988. p. 74-75).

Toda a pretensão, na esfera dos assuntos humanos, a uma verdade única, cuja validade não requeira apoio do lado da opinião, atinge na raiz toda a política, pois extingue a liberdade. A liberdade política surgiu no espaço-entre que dá azo à ação, sendo distinta da liberdade filosófica, por ser claramente uma qualidade do “eu posso” e não do “eu quero”. No âmbito político há que se atentar para a pluralidade inerente à condição humana e o consequente respeito mútuo que deve vigorar nas relações humanas, sem o que a violência da dominação do homem pelo homem encontraria o seu espaço.

Por um lado, a liberdade dos antigos significou a prerrogativa de aparecer e atuar na praça pública da democracia direta da *Polis* grega, tendo Aristóteles definido o ser humano como *zoon logon politikon*, justamente porque a plenitude de sua vida se realizava na vida pública.<sup>14</sup>

Por outro lado, a liberdade dos modernos surgiu com a recriação da democracia pelos revolucionários franceses e americanos no final do século XVIII, que estabeleceram a liberdade como o poder de transitar nos negócios particulares, sob os auspícios de um Estado garantidor desta liberdade.<sup>15</sup>

Arendt vai à contramão da tradição moderna filosófica que identificou liberdade e soberania. A equação filosófica de liberdade com o livre-arbítrio conduz à negação da liberdade humana, pois o homem jamais será soberano, no sentido de ser completamente independente para seguir seus impulsos individuais e cuidar apenas da própria vida, em prejuízo dos assuntos que dizem respeito a todos. “A idade moderna separou liberdade de política.”<sup>16</sup> Afirma a autora que o paradigma da fabricação se tornou o modo privilegiado de inteligibilidade da política desde a Antiguidade. A razão se projeta no processo que é pré determinado pelo planejamento e almeja um fim, movendo-se por causas e efeitos. No entanto, os homens não são autossuficientes no sentido de controlar com segurança os processos que desencadeiam através da ação. Enquanto o processo de fabricação está

---

<sup>14</sup> ARISTÓTELES. **A Política**. 15. ed. Tradutor Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Escala.

<sup>15</sup> “Artigo 1º - Todos os homens nascem igualmente livres e independentes, têm direitos certos, essenciais e naturais dos quais não podem, pôr nenhum contrato, privar nem despojar sua posteridade: tais são o direito de gozar a vida e a liberdade com os meios de adquirir e possuir propriedades, de procurar obter a felicidade e a segurança” (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Declaração de Direitos de Virgínia, 6 de junho de 1776. Disponível em:< [www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org)..>. Acesso em: 02/01/2013).

“Art. 1º Os homens nascem e permanecem livres e iguais perante a lei; as distinções sociais não podem ser fundadas senão sobre a utilidade comum. Art. 2º O fim de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem; esses direitos são: a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.” (FRANÇA. Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 26 de agosto de 1789. Disponível em:<[www.historianet.om.br](http://www.historianet.om.br)>. Acesso em: 02/01/2013.)

<sup>16</sup> ARENDT, Hannah. *Que é Liberdade?*In: \_\_\_\_\_. **Entre o Passado e o Futuro**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 197.

inteiramente sob o seu controle, o processo de ação política não se esvai em um único ato e conseqüências não previstas ocorrerão. “Os homens sempre souberam que aquele que age nunca sabe exatamente o que está fazendo.”<sup>17</sup> Isto porque o universo de ações humanas forma uma “teia” que enreda o homem inexoravelmente. Aquele que atua, lança um fio como sua parcela de contribuição para a construção do mundo comum mas não pode antecipar a trama final, havendo uma imprevisibilidade absoluta no que tange as conseqüências de sua ação. O resultado disso é que o agente se atemoriza em face da instabilidade das relações humanas, uma vez que os resultados de sua ação podem divergir completamente dos objetivos esperados e não há como voltar atrás e fazer de conta que nada aconteceu. O ator não alcança o pleno significado dos acontecimentos da interação humana, o qual somente se revela para o espectador, na visão retrospectiva do historiador.<sup>18</sup>

Avaliar a possibilidade de conciliação entre a liberdade com a condição de não soberania dos homens diz respeito a legitimidade das regras de conduta com força impositiva. Os seres humanos vivem necessariamente uns com os outros e, portanto, não podem agir pelo seu bel prazer, mas devem se ajustar às regras e padrões vigentes no grupo a que pertencem, sob pena de inviabilizar a convivência.<sup>19</sup>

A individualidade, tal qual estabelecida pela tradição liberal, necessariamente, urgentemente, precisa ceder frente ao coletivo, uma vez que os problemas acarretados pelo *progresso* se avolumam em escala mundial, com a tecnização do mundo e a alienação crescente.<sup>20</sup> Arendt faz uma crítica acirrada ao modelo liberal que identificou a liberdade com a garantia de transitar no espaço privado.<sup>21</sup>

---

<sup>17</sup> ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 245.

<sup>18</sup>“O homem se afasta, desesperado, da esfera dos negócios humanos e vê com desdém a capacidade humana de liberdade que, criando uma teia de relações entre os homens, parece enredar de tal modo o seu criador que este lembra mais uma vítima ou um paciente que o autor e agente do que fez.”. (ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 245).

<sup>19</sup> “Ao contrário da vertente moderna da tradição filosófica e política que identificou liberdade e soberania, para Arendt ambos configuram termos antitéticos, pois as condições requeridas para a soberania, isto é, o ideal da inflexível autossuficiência e autodomínio, estão em contradição com as condições do exercício plural da liberdade, em que a capacidade de iniciar algo novo no mundo não corresponde à capacidade de controlar ou prever suas conseqüências.”(DUARTE, André. **O Pensamento à Sombra da Ruptura: Política e Filosofia na Reflexão de Hannah Arendt**. São Paulo: Paz e Terra S/A. 2000. p. 208).

<sup>20</sup> “A grandeza da descoberta de Max Weber quanto às origens do capitalismo reside precisamente em sua demonstração de que é possível haver enorme atividade, estritamente mundana, sem que haja qualquer grande preocupação ou satisfação com o mundo, atividade cuja motivação mais profunda é, ao contrário, a preocupação e o cuidado com o ego. O que distingue a era moderna é a alienação em relação ao mundo e não, como pensava Marx a alienação em relação ao ego.” (ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 266).

<sup>21</sup>“Onde os homens aspiram a ser soberanos, como indivíduos ou como grupos organizados, devem se submeter à opressão da vontade, seja a vontade individual com a qual obrigo a mim mesmo, seja a

Justamente por renegar a imposição de uma ideologia, criada a partir da perspectiva das categorias e dos interesses que informam o modo contemplativo de vida, onde vigoram a solidão e o isolamento, Arendt insurge-se contra a tradicional distinção hierárquica que opõe a minoria filosofante à maioria ignorante. A verdade única é uma impossibilidade, pois no trato dos assuntos humanos vigora a *doxa*, que não se equipara a qualquer fantasia subjetiva e arbitrária, mas se opõe à verdade universal e absoluta, porque não existe em política verdade desse tipo, diante da contingência da pluralidade humana. O cidadão expressa um ponto de vista particular, uma autêntica visão do mundo de acordo com a sua situação e que representa apenas uma parcela da realidade. A multiplicidade dos pontos de vista não pode ser reduzida a uma verdade única, definitiva, válida para todos.

O filósofo em seu isolamento pretende alcançar uma verdade racional e pode ter a tentação de se utilizar dessa sua verdade como um padrão a ser imposto na resolução dos conflitos humanos. Mas na praça pública a verdade filosófica altera sua natureza e se torna uma opinião a mais. Conforme o exemplo de Sócrates, este queria trazer à luz a verdade que cada um possui. Daí utilizar-se do diálogo entre os amigos cidadãos, em plena praça pública.<sup>22</sup>

Neste tipo de diálogo que não precisa de uma conclusão para ter significado, Sócrates descobriu que o fim da política não é a verdade, única, universal e dogmática. Neste caso haveria uma imposição que impediria a conversa entre amigos, que falam a respeito dos assuntos que têm em comum. A amizade significa a alegria de não estar só, de se revelar aos outros, de verificar e de fortalecer a comunidade do mundo, sem querer a posse de uma pretensa verdade que desvirtua o diálogo ou o impediria até de começar.

Para a política é a valorização da opinião que é relevante, sendo que o ser humano é um ser contingente e vive no mundo onde vigora a relatividade. A verdade absoluta não está ao alcance do homem uma vez que, se isso fosse possível, ela se imporia por si mesma e não haveria liberdade de escolha.<sup>23</sup> A dignidade da pessoa humana é o valor primeiro da

---

‘vontade geral’ de um grupo organizado. Se os homens desejam ser livres, é precisamente à soberania que devem renunciar.” (ARENDDT, Hannah. *Que é Liberdade?*In: \_\_\_\_\_. **Entre o Passado e o Futuro**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 213)

<sup>22</sup>“Para Sócrates, a maiêutica era uma atividade política, um dar e receber baseado fundamentalmente na estrita igualdade, algo cujos frutos não podiam ser medidos pelo resultado obtido ao se chegar a esta ou àquela verdade geral. [...] Ter discutido alguma coisa até o fim, ter falado sobre alguma coisa, sobre a *doxa* de algum cidadão, isso já parecia um resultado suficiente.” (ARENDDT, Hannah. *Filosofia e Política*.In: \_\_\_\_\_. **Dignidade da Política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993. p. 98).

<sup>23</sup> “Sócrates, com seu célebre *conhece-te a ti mesmo* mostra que apenas ao conhecer o que aparece para mim, apenas para mim, e, permanece, portanto, sempre relacionado à minha própria existência concreta, eu poderei algum dia compreender a verdade. A verdade absoluta, que seria a mesma para todos os homens, e, portanto, não

democracia, a significar que cada ser humano possui a sua opinião, a sua própria abertura para o mundo, que deve ser levada em consideração e respeitada.

## 5 A VIDA COMO ESCOLHA PESSOAL

A fim de questionar “quem é” a criatura humana e como se articula politicamente, Arendt faz uma distinção entre a *Vita Activa*, cujas atividades básicas são o labor, a fabricação e a ação,<sup>24</sup> e a *Vita Contemplativa*, que apresenta as faculdades de pensar, querer e julgar.<sup>25</sup> Segundo Anne-Marie Roviello que “a preocupação de Arendt pelo político é, simultânea e indissociavelmente, a preocupação com o que transcende o político e cuja formulação mais simples é a questão: o que é o homem?”<sup>26</sup> A interioridade, tal qual descoberta por Santo Agostinho, do “tornar-se uma questão para si próprio” (*quaestio mihi factus sum*),<sup>27</sup> se projeta para a exterioridade e assume com Arendt uma dimensão de *Amor mundi*, levando a pessoa a se desvelar na esfera pública.<sup>28</sup>

Atribui a autora um caráter agonístico à ação, recordando que a *polis* era o espaço onde o cidadão aparecia sendo que havia o desejo de sobressair, tal qual um artista, a fim de conquistar a “fama imortal” através da realização de feitos heroicos. A ação na *polis* não deixava de assumir um aspecto de uma “performance”, a ser executada tal como o atuar de um artista que exhibe sua excelência no palco, com evidente caráter individualista e competitivo. “Essa analogia arendtiana entre as *performing arts* e a atividade política revela a

---

se relacionaria com a existência de cada homem, dela sendo independente, não pode existir para os mortais.” (ARENDDT, Hannah. **O que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 100).

<sup>24</sup> Ver. ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>25</sup> Ver. ARENDT, Hannah. **A Vida do Espírito**. 4. ed. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2000.

<sup>26</sup> ROVIELLO, Anne-Marie. **Senso Comum e Modernidade em Hannah Arendt**. Lisboa: Instituto Piaget. 1987. p. 7.

<sup>27</sup> “*Quid autem propin quius meipso mihi? Ego certe laboro hic et laboro in meipso: factus sum mihi terra difficultatis et sudore snimii.*” - Então, que há de mais próximo de mim do que eu mesmo? Decerto, eu trabalho aqui, trabalho em mim mesmo: transformei-me numa terra de dificuldades e de suores copiosos.” (AGOSTINHO. **Confissões**. Tradutor Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002. Cap. XVI).

<sup>28</sup>“Aquilo que alguns intérpretes tendem a conceber como uma ambiguidade ou uma incoerência da reflexão política arendtidana tem de ser visto, na verdade, como um sinal de sua riqueza e originalidade, que afirma tanto o caráter ‘expressivo’ e heroico da ação e do ator quanto o seu caráter dialógico, coletivo e consensual. Agindo, os homens tanto revelam ‘quem’ são em sua individualidade única quando entram em contato com uma pluralidade de semelhantes que precisam ser persuadidos de modo a colaborar para a consecução de tal ou qual iniciativa. Tanto o momento heroico, rebelde e singular da ação quanto o seu momento deliberativo, coletivo e consensual estão intimamente relacionados e não há ação possível sem a sua conjunção.” (DUARTE, André. **O Pensamento à Sombra da Ruptura: Política e Filosofia na Reflexão de Hannah Arendt**. São Paulo: Paz e Terra S/A. 2000. p. 234).

sua concepção da ação política *livre* como um *fim* em si mesmo, cujo *sentido* se encontra em seu próprio exercício e não nas *metas* ou *motivos*.<sup>29</sup> Não significa que os motivos e objetivos não sejam importantes, sendo inclusive os fatores determinantes do ato particular, mas a ação é livre na medida que os transcende. “Para que seja livre, a ação deve ser livre, por um lado, de motivos e, por outro, do fim intencionado como um efeito previsível.”<sup>30</sup>

Agnes Heller e Ferenc Fehér afirmam que para a imaginação não há limites para as possibilidades humanas, tanto na moldagem do si mesmo quanto do mundo.<sup>31</sup> É possível acreditar na capacidade humana de transformar as possibilidades em destino. Decorre desta possibilidade de “tomar o próprio destino nas mãos” a ênfase de Arendt na ação como liberdade, que consiste na autodeterminação da pessoa quando “aparece” no espaço público e faz a diferença.

A identidade específica de cada um se revela através da forma como a pessoa se encaixa no mundo. Para Arendt *ser* e *aparecer* coincide tendo em vista que homens habitam o mundo. O campo da interação humana tanto é visto como um *palco* de aparição, como também é visto como um *campo de batalha*, graças a contingência humana. O presente é uma verdadeira lacuna entre o passado e o futuro, o *nunc stans*, duas forças que se antagonizam e o homem gostaria de saltar fora dessa linha de combate.<sup>32</sup>

Especialmente no que tange ao âmbito político há uma exposição da pessoa. É preciso coragem para deixar a segurança do lar e adentrar o espaço público, caracterizado pela incerteza e pelo risco.<sup>33</sup> Estar nesse círculo público exige altruísmo e desprendimento, no

---

<sup>29</sup> DUARTE, André. **O Pensamento à Sombra da Ruptura: Política e Filosofia na Reflexão de Hannah Arendt**. São Paulo: Paz e Terra S/A. 2000. p. 220.

<sup>30</sup> ARENDT, Hannah. *Que é Liberdade? In: \_\_\_\_\_*. **Entre o Passado e o Futuro**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 198.

<sup>31</sup> “A pessoa é a fazedora de sua vida, e nesse sentido é um *homem*, ou *mulher*, *que se fez por si mesmo(a)*. O destino, não o fado, define agora a relação do indivíduo com o mundo. Enquanto o fado determina as possibilidades, o destino resta entre possibilidades, tem de ser *alcançado*.” (HELLER, Agnes e FEHÉR, Ferenc. **A Condição Política Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1998. p. 32)

<sup>32</sup> “O homem vive nesse intervalo, e o que ele chama de ‘presente’ é uma luta que dura toda a vida contra o peso morto do passado, que o impulsiona com a esperança, e contra o medo do futuro (cuja única certeza é a morte), que o empurra para trás, para a ‘serenidade do passado’, com a nostalgia e a lembrança da única realidade de que o homem pode ter certeza.” (ARENDT, Hannah. **A Vida do Espírito**. 4. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p.154-155).

<sup>33</sup> “O âmbito político como tal contrasta na forma mais aguda possível com nosso domínio privado, em que, na proteção da família e do lar, tudo serve e deve servir para a segurança do processo vital. É preciso coragem até mesmo para deixar a segurança protetora de nossas quatro paredes e adentrar o âmbito político, não devido aos perigos específicos que possam estar à nossa espreita, mas por termos chegado a um domínio onde a preocupação para com a vida perdeu sua validade. A coragem libera os homens de sua preocupação com a vida

sentido bíblico: “qualquer que procurar salvar a sua vida, perdê-la-á, e qualquer que a perder, salvá-la-á.”<sup>34</sup> No Evangelho tal assertiva significa o voltar-se inteiramente para o outro, o “próximo”, ainda que desconhecido, mas ferido e sofredor achado a beira do caminho. No âmbito da política, significa deixar em segundo plano os próprios interesses e atribuir primazia ao bem estar coletivo. As instituições políticas dependem para sua existência permanente de homens de ação. Quando Arendt diz que neste espaço o homem “aparece” mediante a fala, significa dizer que ele se organiza pelo discurso, objetivando a ação pautada pelos interesses comuns, que dizem respeito a relação do agente com o mundo.

A ênfase de Arendt na pluralidade, no agonismo, na teatralidade e na performatividade, significa que múltiplos são os espaços públicos, onde os cidadãos trocam opiniões divergentes e interação, compartilhando de uma mesma finalidade, qual seja, a construção do mundo comum.<sup>35</sup>

A tensão entre a ação da *vita activa* e a vontade da *vita contemplativa* é equacionada mediante a responsabilidade pela construção do próprio mundo. Ao identificar a liberdade com o poder de começar a ação política conjunta, capaz de interferir nos processos desencadeados pela interação humana, a pessoa participa da “teia” de relações humanas. Na ação adquire o dom de romper o processo de causa e efeito de que a toda ação corresponde uma re-ação, e pode fazer surgir o inédito. No momento em que o espírito se volta para o futuro desloca o foco de sua atenção dos objetos para os projetos, pouco importando se eles são formados espontaneamente ou como reações antecipadas a circunstâncias futuras. No entanto, estes projetos podem se realizar ou não, havendo apenas um grau de probabilidade para sua efetivação, afirmando Arendt que no campo dos assuntos humanos vigora o acidental e o contingente. Tudo é uma questão de escolha individual, corolário da liberdade como ação, que possibilita ao ser humano fazer surgir o inédito.

---

para a liberdade do mundo. A coragem é indispensável porque, em política, não a vida, mas sim o mundo está em jogo.”(ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 203).

<sup>34</sup> Evangelho de São Lucas, cap. 17-33. In: **BÍBLIA SAGRADA**. 3. ed. Tradutor João Ferreira de Almeida. Santo André (SP): Geográfica, 2004.

<sup>35</sup> “Sócrates tentou tornar amigos os cidadãos de Atenas, e esse foi realmente um objetivo muito compreensível em uma *polis* cuja vida consistia em uma intensa e ininterrupta competição de todos contra todos, de *aeiaristeuein*, em que, sem cessar, buscava-se demonstrar ser o melhor de todos. Neste espírito agonístico [...] o que havia de comum no mundo político só se constituía graças aos muros da cidade e aos limites de suas leis; o comum não era visto ou sentido nas relações entre os cidadãos, nem no mundo que existia entre eles, que era comum a todos eles, embora se abrisse de modo diferente para cada homem.” (ARENDT, Hannah. *Filosofia e Política*. In: \_\_\_\_\_. **Dignidade da Política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993. p. 98.

## 6 O PODER DE EFETUAR MILAGRES E A FORÇA DOS PRINCÍPIOS

Ao colocar a liberdade na vontade e na ação, Arendt salva o homem do condicionamento permanente a que é submetido pelos processos automáticos naturais ou cósmicos e também pelos processos históricos em que está mergulhado, podendo a iniciativa humana interromper o curso dos acontecimentos, como verdadeiros “milagres” que interrompem a série de causa e efeito. Tal acontecimento significa o surgimento do inesperado, longe da conotação religiosa de que seria exclusivamente o “bem”, podendo resultar também em uma ação que conduza ao “mal”. A liberdade se manifesta nessa capacidade de operar o milagre e fazer surgir o inédito.<sup>36</sup>

O tempo só tem sentido para o ser humano porque sua vida é limitada por um começo e um fim, pelo nascimento e pela morte, seguindo uma trajetória linear do nascer, crescer, morrer, que faz parte do movimento cíclico da natureza. Mas o homem é o único ser que escreve a história da própria vida. Arendt se reporta a Santo Agostinho para realçar que o simples fato de ter nascido faz do homem um verdadeiro milagre, um acontecimento de reinício de vida. A criação do homem consistiu em instaurar um *initium*, isto é, um poder de inovar, que é indissociável de uma individuação que se manifesta pela vontade. “O mundo humano é constantemente invadido por estrangeiros, recém-chegados cujas ações e reações não podem ser previstas por aqueles que nele já se encontram e que dentro em breve irão deixá-lo.”<sup>37</sup> Este é o maior dos acontecimentos, quando um novo ser humano adentra a esse mundo criado pelos homens, que o recebe e condiciona, mas por ter o dom da liberdade, da vontade e da ação, o novo sujeito pode sopesar toda a realidade encontrada e dar início a uma etapa nova, que é o período de sua vida.<sup>38</sup> A peculiaridade humana se manifesta nesse

---

<sup>36</sup> “A diferença decisiva entre as *infinitas probabilidades* sobre as quais se baseia a realidade de nossa vida terrena e o caráter miraculoso inerente aos eventos que estabelecem a realidade histórica está em que, na dimensão humana, conhecemos o autor dos *milagres*. São homens que os realizam – homens que, por terem recebido o duplice dom da liberdade e da ação, podem estabelecer uma realidade que lhes pertence de direito.” (ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 220).

<sup>37</sup> ARENDT, Hannah, O Conceito de História – Antigo e Moderno. *In*: \_\_\_\_\_. **Entre o Passado e o Futuro**. 4 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997. p. 92.

<sup>38</sup> “Todo homem, sendo criado no singular, é um novo começo em virtude de ter nascido; se Santo Agostinho tivesse levado essas especulações às suas consequências, teria definido os homens não à maneira dos gregos, como mortais, mas como *natais*, e teria definido a liberdade da Vontade não como o *liberum arbitrium*, a escolha livre entre querer e não querer, mas como a liberdade de que fala Kant na *Crítica da Razão Pura*. [...] o fato de os homens nascerem – continuamente recém-chegados a um mundo que os precede no tempo significa que a liberdade de espontaneidade é parte inseparável da condição humana. Seu órgão espiritual é a Vontade.” (ARENDDT, Hannah. **A Vida do Espírito**. 4 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.p. 267)

começo, que é a suprema capacidade de aparecer e agir no mundo. Politicamente, isto equivale à liberdade da criatura humana.<sup>39</sup> Dessa forma a liberdade está associada à condição humana da natalidade e a ação política é essencialmente o começo de algo novo. É com palavras e atos que o homem se insere no mundo e escreve “a história dos seres cuja essência é começar.”<sup>40</sup>

A disposição para agir brota de uma convicção íntima calcada em princípios, verdadeiras fontes de inspiração e se constituem em critérios para que a vida pública seja conduzida e julgada. Assentar sobre bases sólidas a ação, atribuindo-lhe um significado é de fundamental importância para os seres humanos. Sem estes princípios a liberdade, como engajamento político ativo em um mundo plural, não poderia existir, pois são eles que possibilitam a ação conjunta, quando todos comungam do mesmo ideal.<sup>41</sup>

Esclarece a autora que os princípios surgem do exterior e operam como motivação para a ação. O juízo do intelecto precede a ação e a vontade deflagra o acontecimento. Contudo, a mola propulsora da ação livre não está no intelecto nem nos ditames da vontade mas brota da força de princípios. Trata-se da inspiração para a ação que se torna manifesta somente no próprio ato realizador. É crucial para o bom discernimento ter presente quais são os princípios pelos quais se age e quais são os critérios utilizados para o julgamento da própria vida e de sua responsabilidade para com o mundo comum.<sup>42</sup> Trata-se dos valores compartilhados por uma comunidade política, sendo a justiça corolário dos princípios da liberdade e da igualdade.

---

<sup>39</sup> “O homem é livre porque ele é um começo e, assim, foi criado depois que o universo passara a existir. No nascimento de cada homem esse começo inicial é reafirmado, pois em cada caso vem a um mundo já existente alguma coisa nova que continuará a existir depois da morte de cada indivíduo. Porque é um começo, o homem pode começar; ser humano e ser livre são uma única e mesma coisa. Deus criou o homem para introduzir no mundo a faculdade de começar: a liberdade.” (ARENDDT, Hannah. *Que é liberdade?* In: \_\_\_\_\_. **Entre o Passado e o Futuro**. 4 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997. p. 216).

<sup>40</sup> ARENDT, Hannah. *Compreensão e Política*. In: \_\_\_\_\_. **A Dignidade da Política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993. p. 52.

<sup>41</sup> “O assentimento implica o reconhecimento de que nenhum homem pode agir sozinho, de que os homens, querendo realizar algo no mundo, devem agir de comum acordo.” (ARENDDT, Hannah. **A Vida do Espírito**. 4. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 336).

<sup>42</sup> “A esses três elementos de todo agir político, ao objetivo que persegue, à meta que idealiza e pela qual se orienta e ao sentido que nele se revela durante sua execução agrega-se como quarto aquele que na verdade jamais é motivo imediato do agir, mas que o põe em andamento [...] Se se quiser entender esse princípio em termos psicológicos, pode-se então dizer que é a convicção básica que um grupo de homens compartilha entre si, e essas convicções básicas que desempenharam um papel no andamento do agir político nos foram transmitidas em grande número, embora Montesquieu só conheça três delas, a honra nas monarquias, a virtude nas repúblicas e o medo nas tiranias. Pode-se incluir, sem dificuldade, a glória nesses princípios, tal como a conhecemos no mundo homérico, ou a liberdade, tal como a encontramos em Atenas do tempo clássico, ou a justiça, mas também a igualdade se entendemos entre eles a convicção da dignidade original de tudo que tem rosto humano.” (ARENDDT, Hannah. **O que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 127-128).

Para a autora, “talvez a melhor ilustração da liberdade enquanto inerente à ação seja o conceito maquiavélico de *virtú*, a excelência com que o homem responde às oportunidades que o mundo abre ante ele à guisa de *fortuna*.”<sup>43</sup> Quentin Skinner recorda que os humanistas do Renascimento dos quatrocentos recuperaram de Cícero o conceito de *virtus*, afirmando que realmente está ao alcance dos homens atingir o mais alto nível de excelência, mediante uma educação adequada. Uma vez que os homens são capazes de alcançar a excelência máxima, significa também considerá-los capazes de vencer quaisquer obstáculos com que se defrontem em seu caminho. Esta concepção da natureza humana levou os humanistas a uma análise otimista da liberdade e dos poderes do homem, levando a *virtú*, enquanto força social criativa, ao fenômeno de moldar seu próprio destino e a refazer o mundo social para adequá-lo a seus desejos. Libertaram, assim, o homem agostiniano da luta entre a vontade e os caprichos da fortuna. Os humanistas assumiram a tese petrarquiana de que o homem é a única criatura capaz de controlar seu próprio destino, por meio de numerosas operações de inteligência e de vontade, utilizando a *virtú* para triunfar dos poderes da *fortuna*. A forma ideal de governo é a república que possibilita aos homens da mais alta *virtú* a perseguir as metas de honra, glória e fama enquanto servem a sua comunidade. As relações entre *virtú* e liberdade aparecem se reforçando mutuamente pois as oportunidades oferecidas aos talentosos desempenham um papel vital para conservar a liberdade da constituição republicana.<sup>44</sup>

Maquiavel é herdeiro dessa concepção de *virtú* como excelência cívica, concordando que a liberdade pode ser preservada mediante a promoção da *virtú* e que esta será alcançada se os cidadãos tiverem uma plena participação nos negócios políticos. A meta de manter a liberdade e segurança de uma República representa o valor mais elevado, e mesmo decisivo, da vida política, ainda que em detrimento da bondade, da sinceridade e mesmo do respeito à justiça, no caso de se mostrarem incompatíveis com o firme propósito de alcançar o bem geral da comunidade. Arendt considera como princípio para a ação política a *virtú*, no que apresenta de positivo como excelência para o cidadão herói “aparecer” no espaço público, enfrentando a sua *fortuna*, no sentido de o próprio destino.<sup>45</sup> Esta inteireza entre si próprio e o

---

<sup>43</sup> ARENDT, Hannah. *Que é Liberdade? In: \_\_\_\_\_, Entre o Passado e o Futuro*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 199.

<sup>44</sup> SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Tradutores Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 109, *passim*.

<sup>45</sup> “A *virtú* é a resposta que o homem dá ao mundo, ou, antes, à constelação da *fortuna* em que o mundo se abre, se apresenta e se oferece a ele, à sua *virtú*. Não há *virtú* sem *fortuna* e não há *fortuna* sem *virtú*; a interação entre elas indica uma harmonia entre o homem e o mundo – agindo um sobre o outro e realizando conjuntamente – tão remota da sabedoria do político como da excelência moral (ou de outra espécie) do indivíduo e da competência

mundo qualifica o homem para levar a cabo a atividade política. Afinal, a ação conjunta sempre depende do ator que toma a iniciativa e cativa a simpatia dos outros que o auxiliam para que o empreendimento chegue a bom termo. Por outro lado, quando Arendt diz que a ação se dá no espaço público da pluralidade, significa valorizar também o aspecto intersubjetivo e coletivo da ação, uma vez que na *polis* os cidadãos em condições de igualdade absoluta se reúnem para, mediante a palavra e a ação, aparar as arestas objetivando o consenso possível.

A política democrática depende do poder que surge entre os homens no espaço público e prescinde da força, porque é calcada no discurso e na liberdade de ação. “É o poder que mantém a existência da esfera pública, o espaço potencial da aparência entre homens que agem e falam.”<sup>46</sup> Tal poder é prerrogativa dos cidadãos, característica principal do regime democrático, que encontra na vontade do povo o seu fundamento ontológico. Na concepção arendtiana o mundo comum é instituído de acordo com o princípio da partilha do poder político entre todos os cidadãos, corolário da pluralidade, que se revela fundamentalmente como intersubjetividade.

Portanto, no agir em concerto há de fato o empreendedor que se destaca e há a participação da coletividade, quando, então, a ação assume um caráter intersubjetivo e deliberativo que possibilita o agir em concerto. Esta forma de agir é divorciada da relação comando/obediência entre governantes e governados. Neste espaço da política deve vigorar a igualdade sendo que este “aparecer” no espaço público significa privilegiar o aspecto da pluralidade humana, pois o discurso prepara para a ação, que envolve diversos protagonistas e o resultado final é o acordo que possibilita a ação conjunta.

## **7 O PERDÃO E A PROMESSA COMO CATEGORIAS POLÍTICAS**

Para Arendt, o perdão é a única solução possível para o problema da irreversibilidade, a impossibilidade de se desfazer o que se fez, embora não se soubesse nem se pudesse saber o que se fazia. Para não sucumbir enredado pela “teia” de relações que o prende e condiciona, o homem tem a capacidade de optar pela não ação e, num determinado momento, perdoar, isto é,

---

dos *peritos*.”(ARENDT, Hannah. *Que é autoridade?* In: \_\_\_\_\_. **Entre o Passado e o Futuro**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 182).

<sup>46</sup> ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 8 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 212.

esquecer o que passou e não reagir. Com esta capacidade o homem exercita a sua liberdade e se reconcilia com o passado. Consequentemente, a forma do homem se livrar do condicionamento inerente aos processos do mundo de relações que se lhe impõe é exercitar sua capacidade de perdoar.<sup>47</sup>

A vingança é uma reação e pode até ser previsível. O perdão, pelo contrário, é o inesperado e conserva algo do caráter original da ação. O perdão põe fim a um ciclo e dá início a um novo relacionamento, libertando tanto quem perdoou quanto quem foi perdoado do inexorável automatismo do processo da ação que, sem o perdão, não teria fim. Sem exercitar a faculdade do perdão o homem seria vítima do ciclo incessante do processo vital e não poderia jamais interferir nos processos desencadeados por ele mesmo, ficando preso ao determinismo.

O perdão faz com que haja uma reconciliação com os acontecimentos do passado e acarreta um corte na tradição, a fim de que surja o aperfeiçoamento pessoal, com os seus reflexos nas instituições políticas e sociais. O ser humano é um eterno aprendiz e o espírito crítico possibilita o desenvolvimento da capacidade de julgar. Por sua vez, a promessa possibilita uma certa previsibilidade para os assuntos humanos, sendo a única forma de se garantir o respeito as normas acordadas no espaço democrático.

Esta é a fórmula encontrada para controlar a imprevisibilidade da “teia” que é o mundo dos homens. Ao agir, estes nunca podem prever quais serão os resultados de sua ação, pois a reação dos outros será sempre inusitada e, portanto, imprevisível. Mediante a faculdade de prometer o homem consegue alguma estabilidade para a ação, pois ao garantir que cumprirá a palavra dada, pode esperar que o outro faça a mesma coisa, tendo por base o princípio da boa-fé. Assim a única alternativa para transitar nos negócios humanos é a capacidade de prometer, que finca raízes na vontade, uma vez que pressupõe o domínio de si mesmo e o modo responsável de se relacionar com os outros. Significa a expressão da liberdade humana que pode efetuar escolhas, comprometendo-se mediante a promessa.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> “Sob este aspecto, o perdão é o exato oposto da vingança, que atua como re-ação a uma ofensa inicial e, assim, longe de por fim às consequências da primeira transgressão, todos os participantes permanecem enredados no processo, permitindo que a reação em cadeia contida em cada ação prossiga livremente.” (ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 252).

<sup>48</sup> “Talvez na promessa esteja contido um dos mais significativos sentidos do *Amor mundi* arendtiano, pois esta é o modo exclusivamente humano de ordenar o futuro, sendo uma dimensão essencial à liberdade compartilhada. O *Amor mundi* é o amor por aquilo que é criado através da ação em conjunto, o amor que dá uma durabilidade às invenções da liberdade política, como também proporciona uma realidade estável às gerações futuras.” (ASSY, Bethânia. A atividade da vontade em Hannah Arendt: por um *êthos* da singularidade (*aecceitas*) e da ação. In: \_\_\_\_\_. **Transpondo o Abismo— Hannah Arendt entre a Filosofia e a Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.p 51).

Não apenas no que tange ao relacionar-se uns com os outros, mas, principalmente, a faculdade de prometer é que dá sustentação ao acordo originário que possibilita o surgimento das instituições políticas. O *pacta sunt servanda* significa que as pessoas se propõem a respeitar as regras que elas entendem como razoáveis e justas. Uma vez transformadas em lei pelo Estado de Direito, esta é a garantia da liberdade e do respeito à mesma dignidade de todo e qualquer ser humano, a pedra angular do regime democrático. A “força da promessa ou do contrato mútuo”<sup>49</sup> é que garante a permanência das instituições que compõem o mundo dos homens e se constituem no fundamento das leis que embasam o Estado de Direito. A promessa torna fidedigno o pacto político e funciona como o contrapeso da própria liberdade humana em sua radical imprevisibilidade, que encontra na dicção da lei democrática os limites para a própria conduta. Se o perdão possui o condão de apaziguar o passado, é a força da promessa que possibilita uma certa previsibilidade para o futuro, de onde se origina a concepção de responsabilidade pois é possível ao ser humano assumir a consequência de seus atos.<sup>50</sup>

Arendt utiliza a metáfora do “deserto” para o mundo em que se vive, afinal somos todos peregrinos em busca da Terra Santa, o espaço da justiça e da felicidade. Compara os movimentos totalitários a “tempestades de areia” que põem em perigo “até aqueles oásis no deserto, sem os quais nenhum de nós poderia suportá-lo.”<sup>51</sup> Ao abordar as esferas em que se desenvolve a *vita activa* e as atividades que as pessoas realizam, apregoa a necessidade de se recuperar a capacidade da ação como a única capaz de tirar a humanidade do impasse que se encontra, pois acredita que é possível “modificar pacientemente o deserto com a faculdade da paixão e do agir.”<sup>52</sup>

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>49</sup> ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 256.

<sup>50</sup>“São aparentadas, pois a primeira delas, perdoar, serve para desfazer os atos do passado, cujos ‘pecados’ pendem como espada de Dâmocles sobre cada nova geração; a segunda, obrigar-se através de promessas, serve para criar, no futuro, que é por definição um oceano de incertezas, certas ilhas de segurança, sem as quais não haveria continuidade, e menos ainda durabilidade de qualquer espécie, nas relações entre os homens.” (ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 249).

<sup>51</sup> ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.179.

<sup>52</sup> ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p. 179.

Ao equacionar a liberdade como ação política, Arendt inova no sentido de buscar um novo tipo Estado, diferente das democracias representativas, uma autêntica *res publica* onde os cidadãos assumem a responsabilidade pelas tomadas de decisões políticas.

Viver é um risco permanente, sendo imperioso ao ser humano efetuar escolhas constantemente, uma vez que ele interfere na natureza das coisas. O que caracteriza a vida humana é a contingência, no sentido de que é possível a existência de acontecimentos não determinados, isto é, de atos livres e imprevisíveis. A contingência é por isso a liberdade na sua relação com o mundo, significando o risco da escolha um alto preço a ser pago por todo aquele que deseja tomar o rumo de sua vida nas próprias mãos. É preciso coragem para vivenciar a liberdade, ideia que informa a consciência da contingência e a possibilidade de autodeterminação.

A responsabilidade perante a própria pessoa - saber *quem* ela é -, assim como a co-responsabilidade pela durabilidade do mundo, se manifestam no espaço público, onde surge o poder democrático, sempre que os cidadãos se articulam para a ação política. A ênfase na liberdade como ação, implica um tipo de política muito superior ao vivenciado até o presente nas democracias representativas. Trata-se do revigoramento da República, sendo certo que os interesses do bem comum devem ocupar o primeiro lugar. Contudo, não significa um descaso com a conservação do processo vital e os interesses particulares, mas trata-se de recuperar uma esfera onde a liberdade possa se manifestar.

O espaço público adquire o sentido de estabelecer relações de convívio distinto do meramente social, criando-se as condições para a troca de opiniões divergentes, no exercício da liberdade, longe da força, da coação e da submissão, uma vez que o espaço político é formado pelos iguais, que regulam todos os assuntos por meio da fala e entendimento mútuo. Trata-se do espaço “cuja própria existência depende diretamente de que os homens permaneçam juntos e dispostos a agir e falar entre si, desaparecendo quando quer que eles se vejam isolados uns dos outros.”<sup>53</sup> A construção da democracia é tarefa dos cidadãos que não pode ficar alheios aos assuntos políticos.

O referencial teórico de Arendt muito contribui para a compreensão acerca da envergadura moral dos cidadãos capazes de instituir uma República. Trata-se de definir que tipo de mundo o ser humano quer criar para nele viver, especialmente nesta época de gigantescas transformações tecnológicas, que interferem na forma como o relacionamento

---

<sup>53</sup> ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 211.

humano acontece. Meditar acerca da pergunta fundamental: quem é a criatura humana e qual a sua responsabilidade perante os demais, significa descobrir no indivíduo a condição primeira do seu agir, que é a própria vontade. O sujeito capaz de participar do debate político é aquele cuja motivação brota da sua integridade pessoal que age com altruísmo, sabendo colocar em primeiro plano o bem da comunidade. A base é o respeito pelas leis, especialmente o respeito pelos direitos fundamentais, não somente de todo e qualquer ser humano, mas também o respeito pela flora, fauna e o meio ambiente físico, uma vez que a Terra também se agita com as agressões que sistematicamente tem sofrido através do uso desenfreado dos bens disponíveis. Recuperar a cidadania e a virtude política dos cidadãos implica em mobilizar as bases da democracia para as transformações sociais, políticas e econômicas que se fazem necessárias, a fim de se obter uma justiça distributiva, garantindo-se o mínimo existencial de recursos para cada pessoa viver com dignidade, na moldura traçada pelas leis que os cidadãos deram a si mesmos.

Quer queiram ou não, estejam conscientes ou não, todos se submetem à força obrigatória atribuída às leis, pois a coerção é a pedra angular da segurança do mundo jurídico. Mas então a liberdade estaria banida da vida humana? Tal não acontece porque a adesão aos ditames da lei se efetiva mediante a vontade, sendo esta uma capacidade interna voltada para o futuro, onde as pessoas decidem quem elas vão ser e sob que forma desejam aparecer no mundo dos fenômenos. Ao colocar a liberdade como pressuposto da ação política, esta última sendo vista como a capacidade de romper processos existentes e desencadear algo novo, Arendt salva a cidadania e a coloca como valor fonte da política democrática.

## REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO. **Confissões**. Tradutor Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A Dignidade da Política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- \_\_\_\_\_. **A Vida do Espírito**. 4. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Crises da República**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva S.A. 1999.
- \_\_\_\_\_. **Da Revolução**. Brasília: Universidade de Brasília, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Entre o Passado e o Futuro**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Hannah Arendt**. A promessa da política. Org. Jerome Kohn. Tradutor Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2009. p. 287.
- \_\_\_\_\_. **Lições Sobre a Filosofia Política de Kant**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1993b.
- \_\_\_\_\_. **O que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998b.
- \_\_\_\_\_. **Responsabilidade e Julgamento**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Verdade e Política**. Tradutor Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D' Água Editores, 1995.
- \_\_\_\_\_. Filosofia e Política. In: \_\_\_\_\_. **Dignidade da Política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- ARISTÓTELES. **A Política**. 15. ed. Tradutor Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Escala.
- ASSY, Bethânia. A atividade da vontade em Hannah Arendt: por um *êthos* da singularidade (acceitas) e da ação. In: **Transpondo o Abismo** – Hannah Arendt entre a Filosofia e a Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- \_\_\_\_\_. Faces privadas em espaços públicos. Por uma ética da responsabilidade. In: **Responsabilidade e Julgamento**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

BÍBLIA SAGRADA. 3. ed. Tradutor João Ferreira de Almeida. Santo André (SP): Geográfica, 2004.

DUARTE, André. A dimensão política da filosofia kantiana segundo Hannah Arendt. In: **Lições Sobre a Filosofia Política de Kant**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1993.

\_\_\_\_\_. **O pensamento à Sombra da Ruptura: Política e Filosofia na Reflexão de Hannah Arendt**. São Paulo: Paz e Terra S/A. 2000.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Declaração de Direitos de Virgínia, 6 de junho de 1776. Disponível em:< [www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org)>. Acesso em: 02/01/2013.

FRANÇA. Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 26 de agosto de 1789. Disponível em:<[www.historianet.om.br](http://www.historianet.om.br)>. Acesso em: 02/-1/2013.

FIGUEIREDO, Vinicius. A Desconstrução da Filosofia Política. In: **A Banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt**. André Duarte et al. (Orgs). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

HELLER, Agnes e FEHÉR, Ferenc. **A Condição Política Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1998.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1997.

\_\_\_\_\_. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradutor Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, [19--?].

KOHN, JEROME. O mal e a pluralidade: o caminho de Hannah Arendt em direção À vida do espírito. In: **Origens do Totalitarismo – 50 anos depois**. Odílio Alves Aguiar et al. (Orgs.) Rio de Janeiro: Relum Dumará, 2001.

LAFER, Celso. **Da Dignidade da Política: Sobre Hannah Arendt**. In: ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

MCCARTY, Mary. **Posfácio**. In: ARENDT, Hannah. **A Vida do Espírito**. 4. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

RAMOS, César Augusto. O Conceito Político de Liberdade em Hannah Arendt. In: **A Banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt**. Orgs. André Duarte et al. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ROVIELLO, Anne-Marie. **Senso Comum e Modernidade em Hannah Arendt**. Lisboa: Instituto Piaget. 1987.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. Tradutores Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

VALLÉE, Catherine. **Hannah Arendt Sócrates e a questão do totalitarismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

